
**PARA CASAR: AS BOAS MANEIRAS E A ECONOMIA DOMÉSTICA NA
FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS NAS DÉCADAS DE 1940 A 1960**

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i1.31503>

Bernadete De Lourdes Streisky Strang*
Fabiane Luzia Menezes Santos**

* Universidade Norte do Paraná – Unopar. bernadete_strang@hotmail.com

** Universidade Norte do Paraná – Unopar. fabianemenezes@live.com

Resumo

O presente artigo tem como propósito refletir sobre a formação das normalistas entre as décadas de 1940 e 1960 no que se refere ao aspecto moral e ao controle comportamental contidos no ensino de disciplinas ligadas às atividades domésticas e às boas maneiras. Analisaram-se documentos existentes no arquivo do Colégio Mãe de Deus, em Londrina, PR, no intuito de compreender como ocorreu a formação das moças para o desempenho do seu papel social. As fontes principais utilizadas nesse trabalho foram: O livro de *Bôas Maneiras*, de Carmem D'Avila, publicado em 1951; *Savoir vivre*, da década de 1940, composto por uma sequência de 12 folhas datilografadas e de um caderno de ex-aluna, sem data, referente à disciplina Economia Doméstica.

Palavras-chave: escola normal, formação de professoras, cultura escolar.

Abstract: To Wed: the good manners and home economics in the formation of primary school teacher trainees in the decades from 1940 to 1960. This article aims to reflect upon the formation of primary school teachers between the decades of 1940-60, with respect to the moral aspect and behavioral control contained in teaching of disciplines related to domestic activities and manners. It started from the analysis of existing documents in the files of Colégio Mãe de Deus (Mother of God School), in Londrina, in order to understand how was the training of young women for the performance of their social role. The main sources used in this work were: *O Livro de Bôas Maneiras* (The Good Manners Book), by Carmen D'Avila, 1951 publication, *Savoir Vivre* (1940), in this case consisting of a sequence of 12 typewritten pages and a former student's notebook, undated, referring to the Home Economics course.

Keywords: teacher-training school, formation of teachers, school culture.

Introdução

Neste trabalho, propomo-nos a refletir sobre aspectos da formação das normalistas no que concerne ao ensino de boas maneiras e de economia doméstica. Para isso, analisamos fontes que compõem o acervo histórico do Colégio Mãe de Deus, na cidade de Londrina, PR. Na perspectiva da história da educação, a investigação se concentra na análise de materiais

referentes à escola normal¹, entendendo a cultura escolar (Juliá, 2001) como uma fonte de pesquisa capaz de lançar luz sobre o passado do ensino, da aprendizagem, da propagação da cultura escrita (Chartier, 2000) e, sobretudo,

¹A Escola Normal surgiu no século XIX, com o objetivo de formar professores leigos para atuar nas escolas primárias. O modelo foi implantado com sucesso em quase todas as latitudes e atuou como propedêutico até a Lei 5692/71, quando foi substituído pela “Habilitação Específica para o Magistério de Segundo Grau”. Na atualidade, a Escola Normal é modalidade de ensino profissionalizante (Saviani, 2006).

como uma pista que permite entrever as táticas, as estratégias e as subversões (Certeau, 1994) de professores e alunos.

As fontes consultadas, aos poucos, foram mostrando um quadro no qual a formação de professoras para atuar no ensino primário, a princípio, parece ter atendido a dois propósitos básicos: munir o quadro do magistério de profissionais para o ensino primário e preparar as moças para o casamento e para o desempenho adequado do seu papel social. Os materiais aqui apresentados compõem um rol bibliográfico de nítido caráter normativo, que se propunham a instruir as leitoras sobre os mais diversos comportamentos em sociedade. É disso que este texto trata. A presente pesquisa insere-se em um projeto mais amplo sob o título: *História, Memória e Magistério: formação de professores primários nas escolas de professores de Londrina (1945-1970)*, com apoio do CNPq.

Ao aventurarmo-nos no arquivo do Colégio Mãe de Deus, chamou-nos a atenção um livro de boas maneiras que fazia parte da bibliografia recomendada para o Curso Normal daqueles anos, sob o título *Bôas Maneiras*, de Carmem D'Avila, datado de 1951. Sobre o mesmo tema, encontramos também 12 folhas datilografadas sob o título *Savoir Vivre*², datadas a caneta (possivelmente *aposteriori*) como década de 1940, além de um caderno de ex-aluna referente à disciplina de Economia Doméstica, não datado.

A formação das moças, na primeira metade do século XX, é uma temática bastante estudada. No entanto, o mergulho em novas fontes pode trazer contributos importantes para se compreender a formação da mulher na sociedade ocidental e a trajetória da formação feminina pelas diversas escolas normais do país.

Os manuais e outros suportes materiais destinados à formação feminina permitem-nos vislumbrar o papel da família e da escola na disseminação das normas e na construção de processos sociais do passado. Desde as lições de boas maneiras contidas em *A civilidade pueril*, de Erasmo de Roterdã (1530), estudadas por

Norbert Elias na obra *O processo civilizador*, passando pelo *Livro das noivas* e *Livro das donas e donzelas*³, de Julia Lopes de Almeida, do início do século XX, até as referências menos conhecidas de caráter normativo, permitem refletir sobre as estratégias educativas que elegiam a mulher e a criança no espaço doméstico como alvo privilegiado.

O acesso feminino à educação formal, em quase todas as épocas, foi restrito e problemático, quando existente. Não há dúvidas de que, no final do século XIX e início do século XX, as mulheres das classes privilegiadas, de modo geral, recebiam instrução. Elas tinham ao seu dispor colégios femininos, leigos ou confessionais e ainda contavam com a possibilidade de contratar preceptoras estrangeiras. Todavia, a instrução centrava-se nas atividades domésticas e no convívio social. Veiga (2007), ao tratar da educação feminina no século XIX, diz que para a elite o “ensinamento, via de regra, se resumia às primeiras letras, francês, música, piano, prendas femininas. Já às mulheres das camadas populares, restava a possibilidade de frequentar as aulas de instrução elementar, as escolas Normais e também cursos profissionalizantes” (Veiga, 2007, p. 191).

Nesse sentido, a lei criada em 1827⁴, por meio de um decreto imperial, estabeleceu as diretrizes para a educação e determinou a criação de escolas de primeiras letras nas cidades mais populosas. Isso incluía a criação de escolas para meninas, cujas aulas eram ministradas por professoras. De certa maneira, essa medida abria espaço para o ingresso da mulher à instrução, “[...] mas com conteúdos diferenciados dos ministrados aos homens, reforçando a segmentação entre a educação dos homens e a educação das mulheres” (Silva, 2011, p. 17).

Embora a lei tenha centralizado a educação pública, não teve o cuidado de padronizar o ensino das diferentes províncias, podendo ter contribuído para a desigualdade de condições educacionais entre elas, o que, de certa maneira, reflete ainda hoje no sistema de ensino brasileiro. Essa mesma lei também abordava a

² O *Savoir vivre* é uma expressão francesa que, grosso modo, designa um conjunto de regras de boas maneiras, além do óbvio ‘saber viver’ da tradução literal. Aqui, *Savoir vivre* é um elenco de conselhos condensados em um conjunto de folhas datilografadas, encontradas no arquivo do Colégio Mãe de Deus, em Londrina, PR. Indicada a caneta, a referência à data aparece da seguinte maneira: “década de 1940”.

³ São duas obras publicadas, respectivamente nos anos de 1905 e 1906, pela Editora Francisco Alves.

⁴ Refere-se ao Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, outorgado por D. Pedro I, que trata da primeira lei geral do ensino elementar. Esta lei trata de vários assuntos como: remuneração de professores, currículo mínimo, criação das escolas de meninas, entre outros.

remuneração dos professores e, nesse aspecto, fica clara a tentativa de regulamentação do ofício docente. Ainda assim, permaneciam as diferenças tanto no ensino destinado às mulheres, quanto nos vencimentos obtidos por elas (Gondra & Schueler, 2008).

O número de escolas destinadas ao público feminino era inferior ao de escolas destinadas ao público masculino. Em 1829, dos “78 estabelecimentos [de ensino primário e secundário], 35 pertenciam ao ensino para meninos, 25 para meninas e 18 mistos” (Gondra & Schuler, 2008, p. 201). Acrescente-se que a maioria delas era instituições particulares. Do total, apenas 11 eram públicas.

Quanto à instrução dada aos meninos e às meninas, podemos dizer que a Lei de 1827 consagrou a distinção entre meninos e meninas, ao excluir o ensino de geometria do currículo feminino e impor limites ao ensino de aritmética para as meninas. “Para as meninas, a doutrina cristã, leitura, escrita e cálculo elementar seriam ensinamentos suficientes, acrescidos, porém, das ‘prendas que servem à economia doméstica’ (art. 12), como as aulas de bordados, agulha e costura” (Gondra & Schueler, 2008, p. 204).

Louro (2003, p. 78) comenta: se, a princípio, a formação era destinada aos “meninos brancos da elite”, com o tempo, a escola “viu-se obrigada a acolher outros grupos sociais: os meninos de outras origens e etnias e as meninas”. Para isso, a própria instituição precisou se transformar. Todavia, essa transformação não alterou a sua característica principal, que, segundo a autora, é a de se constituir um espaço diferenciador por excelência. Isso quer dizer que a escola acaba criando condições para que os indivíduos que dela participam sejam classificados entre si, distintos uns dos outros, ordenados e hierarquizados (Louro, 2003).

Desde a Lei de 1827, que determinava a instrução de meninas, até a criação, em Niterói, da primeira escola normal, no século XIX, parece-nos que a formação da mulher voltada ao universo doméstico manteve algumas permanências. Ainda que hoje as mulheres sejam grande parte da força de trabalho, é possível encontrarmos no cotidiano resquícios da antiga educação das normalistas, como, por exemplo, a predominância do senso de responsabilidade da mulher no que se refere aos afazeres do lar. Mesmo na sociedade ocidental do século XXI, não raro, as mulheres acabam cumprindo jornada dupla, uma vez que, ao retornarem do

trabalho, cabe-lhes, ainda, realizar as tarefas domésticas.

Profissão professora

As discussões sobre a formação de professores são sempre atuais e oportunas, sobretudo nos dias atuais, quando estamos presenciando o processo de formulação da chamada Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que objetiva estabelecer os conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos nas escolas brasileiras.

Essa preocupação atual com o que deve ou não ser ensinado suscita reflexão sobre o papel do professor nesse processo, pois o conhecimento e a sua difusão estão diretamente atrelados ao modelo de sociedade que se deseja construir. Não pretendemos abordar, aqui, questões referentes à BNCC, mas retomar aspectos da formação da normalista, no sentido de refletirmos sobre a formação do professor hoje. Em outras palavras, estabelecermos conexão entre as questões do presente e as do passado.

O ingresso das meninas na escola e mesmo o exercício da docência pelas mulheres não foi isonômico e muito menos tranquilo. Não obstante o discurso quase hegemônico que situa a educação feminina destinada ao mundo doméstico e às coisas do lar, há que se considerar a existência de tensões e de disputas referentes ao acesso à educação, especialmente aquelas “inerentes aos processos de construção das relações sociais de gênero na constituição da cultura escolar na sociedade oitocentista” (Gondra & Schueler, 2008, p. 206).

Evidentemente, havia um ideal de educação feminina e mesmo um determinado comportamento considerado adequado para a vida em sociedade. As regras, de modo geral, foram publicadas nos manuais direcionados às moças, como vimos no início do presente trabalho. Os “manuais de civildade e livros de educação moral e de difusão de normas de comportamento para as meninas começaram a ser divulgados entre as professoras e adotados nas escolas públicas primárias” (Gondra & Schueler, 2008, p. 204). Observamos que esta divulgação foi posterior à Lei de 1827; e, segundo os autores, contribuiu para transmitir a concepção de que as mulheres eram ‘educáveis’, portanto, precisavam receber instrução adequada.

Há mais. Essa representação da mulher como formadora do homem, mãe e professora, estava diretamente relacionada às teorias civilizatórias vigentes à época. De acordo com esse pensamento, era preciso construir uma nação “onde o ‘povo’ fosse elevado intelectualmente para figurar no rol das ‘grande nações cultas’” (Gondra & Schueler, 2008, p. 209). Assim, a formação de mulheres para a docência tornou-se um caminho sem volta.

As boas maneiras do livro

O livro encontrado no acervo pesquisado é a 8ª edição da obra *Bóas maneiras*, de Carmem D’Ávila, datado de 1951. Essa obra teve várias edições e é uma espécie de manual de civilidade. Em linhas gerais, o manual apresenta normas de comportamento em sociedade, como, por exemplo, as regras a serem seguidas fora de casa, na igreja, em reuniões sociais, batizados, casamentos e até na morte. No caso de cumprimentos de rua, o livro afirma que “saúda-se sem dizer coisa alguma. Há pessoas demasiado expansivas que não sabem cumprimentar sem dizer: _ ‘bons dias, minha senhora!’ “[...] ora, essas gentilezas, em meio do turbilhão das ruas, tornam-se grotescas” (D’Ávila, 1951, p. 3). Quanto à forma correta de cumprimentar das mulheres, o *Bóas maneiras* diz que “[...] uma senhora corresponde a um cumprimento por uma leve e graciosa inclinação de cabeça, manifestando prazer, mesmo quando não o tenha” (D’Ávila, 1951, p. 23). Afinal, como diz as palavras preambulares: “Polir os costumes é exercer uma função de alta benemerência. Para assegurar à trama das sociedades consistência e duração, não basta decretar as normas que tutelam o interesse e resguardam a imunidade pessoal” (D’Ávila, 1951, viii).

É claro que boa parte das normas de civilidade já foram revistas, algumas delas, inclusive, nos dias de hoje, seriam interpretadas como falta grave de boas maneiras e sugestivo preconceito de classe. O exemplo a seguir é uma indicação de como se comportar quando se vai às compras. De acordo com o livro, ao entrar numa loja “não se cumprimenta o empregado ao qual nos dirigimos; não se diz: bom dia, boa tarde nem até logo, etc. solicitando os seus ofícios, diz-se – faça-me o favor, por obséquio, etc. a saída, agradece-se” (D’Ávila, 1951, p. 7).

À primeira vista, pode-se parecer antiquado e quase impossível de se conceber que tais ensinamentos circulem nos dias atuais. No entanto, algumas pessoas observam as regras de etiqueta social preconizadas no livro durante toda a vida e com certa nostalgia, principalmente as mais idosas, por acreditarem que, ‘naquele tempo’, havia respeito e ‘educação’. É óbvio que a dinâmica da sociedade atual é incompatível com tais pressupostos, sobretudo no que diz respeito ao papel social da mulher. Mesmo na vida cotidiana, muitas coisas são irreconhecíveis, como é o caso da mudança no estilo de vida em razão do crescimento das cidades, das novas tecnologias da comunicação, do aumento populacional e do êxodo rural, entre outros.

As regras apresentadas no livro foram criadas para uma sociedade hierarquizada e reforçavam práticas cotidianas para mostrar o lugar social de cada indivíduo. As regras que formam esse código do “bom tom”⁵ deixam nítida a estratificação social, por exemplo, nos cumprimentos: “a um empregado, o superior cumprimenta-o em primeiro lugar, sem se inclinar” (D’Ávila, 1951, p. 22). Também no que se refere às mulheres casadas e solteiras, há muitas normas de conduta a serem seguidas, tanto entre elas mesmas como na presença de homens. As mulheres casadas ganhavam status social superior ao das solteiras. Esse fato fica claro, entre outros, pela regra de se aguardar o cumprimento e a forma como as solteiras deveriam levantar-se, na presença das senhoras casadas. Um detalhe interessante é que as solteiras mais velhas não precisavam se submeter a tais regras com jovens casadas, posto que adquiriram certo ‘privilégio’ pela idade.

O *Savoir vivre*

Além do livro de Carmen D’Ávila, outra fonte do acervo com a qual trabalhamos nesta pesquisa foi o *Savoir vivre*. Trata-se de um elenco de normas de conduta direcionadas às alunas do curso normal do Colégio Mãe de Deus. O pequeno manual, datilografado em 12 folhas de papel carta, inicia-se da seguinte forma:

⁵ A autora se refere à obra *Código do bom tom*, do português J. L. Roquette, de 1845, na qual, o autor normatiza os rituais do Brasil Imperial, tornando-se leitura obrigatória entre famílias da classe senhorial brasileira.

Se, de modo geral, a emancipação da mulher proporcionou às jovens grande liberdade, se muitas escolas são mistas, se nas faculdades há tantas moças quanto rapazes, e se muitas delas trabalham fora, nada disso isenta-as de cumprir umas determinadas regras da vida em família e em sociedade (*Savoir vivre*, 1940).

Ainda que seja perceptível maior independência de ação para mulheres, segundo o trecho citado, nem por isso estavam isentas de ter de cumprir as regras estabelecidas e de se adequarem ao papel que exerciam na sociedade. Essas regras foram elaboradas no sentido de direcionar o comportamento das moças.

O texto do *Savoir vivre* é um conjunto de aconselhamentos bastante semelhante ao livro de *Bóas Maneiras*, e também se referem a diferentes aspectos da vida social, como às saídas à noite, à escolha dos amigos, à titude em relação aos rapazes. No caso das saídas à noite, diz o *Savoir*: “estabeleça de antemão, com sua mãe, o numero de noites que ela lhe dará permissão para sair por semana” (*Savoir vivre*, 1940, p. 1), e volte na hora estipulada por seus pais.

Esse manual trata, ainda, de aspectos cotidianos, como a importância de ajudar a mãe com os afazeres domésticos e como usar corretamente o telefone. As normas também ditavam como as moças deviam caminhar e até como deveriam sentar-se de forma adequada. Sobre como caminhar, o Livro de Carmem D’Ávila ensina as moças que “não se caminha balançando o corpo como um velho piloto, nem com passo saltitante como o Pisa-flores do século XVI” (D’Ávila, 1951, p. 4).

Outro ponto de enfoque do *Savoir vivre* é sobre a beleza da mulher. De acordo com o manual, “ao se maquiar, não exagere nos cílios postiços, no delineador, ou nos lábios brancos. Não abuse dos cabelos escorridos que exigem duas lavagens por semana. [...] não use sombra demais pois envelhece e, na sua idade, é supérflua” (*Savoir vivre*, 1940, p. 5).

O *Savoir vivre* trata do uso de gírias, ensina o modo correto dese vestir, dá lições de beleza e elegância nas ações, sem deixar de mencionar a forma adequada de se usar acessórios, além dos cuidados com a higiene. Também se encontra entre essas regras, o que é descrito como “alguns detalhes da vida cotidiana”, que vai desde como receber um presente, como pedir um favor,

como tratar um vendedor, como fazer uma reclamação, até como se comportar ao volante.

A jovem que se dedicava aos estudos para se tornar professora deveria, juntamente com os conteúdos que contemplavam os saberes científicos das disciplinas, aprender a comportar-se adequadamente em sociedade. Além do aprendizado em si, essas jovens tinham de adquirir determinado ideal de sociedade, cujo papel social destinado a elas contemplava as lides domésticas e a responsabilidade pela educação dos filhos. Assim, a função docente, quando exercida, era vista como uma extensão à maternidade. Era a reprodução de um modelo de organização. Louro (2003) afirma que havia um embate em relação a essa perspectiva. Algumas vozes defendiam que a mulher tinha inclinação nata para o cuidado com as crianças e, por conta dessa sua ‘natureza’, seriam “educadoras naturais”. Outros, no entanto, colocavam-se contrários à inserção feminina na docência. Este posicionamento tinha fundamentação no discurso científico, especialmente em Safioti (1979). Louro diz que as afirmações de Safioti encontravam eco na ideia de que se constituiria numa “temeridade, numa insensatez entregar às mulheres – portadoras de cérebros pouco desenvolvidos pelo seu desuso – a educação das crianças” (Louro, 2003, p. 78).

As moças deveriam obedecer aos pais, pois eles sabiam, pela experiência, o que era melhor para o destino delas. Nesse sentido, o *Savoir vivre* explicita a preocupação que as jovens deveriam ter em relação a alguns amigos, visto que determinadas amizades poderiam desviá-las do bom caminho. De acordo com as regras sociais da época, as moças deveriam prezar por reuniões com poucos amigos, evitando festas ‘muito concorridas’ nas quais todos os participantes não se conheciam.

Nesse tipo de material, os cuidados e recomendações em relação aos amigos não são poucos, tampouco irrelevantes. Era preciso atentar para aquelas pessoas que poderiam contribuir para o ‘enriquecimento’ da jovem, tendo algo oportuno a dizer sobre assuntos considerados importantes, tais como “o próprio trabalho, os acontecimentos políticos ou de outra ordem, a arte, através da forma que melhor conduz com seu temperamento, o esporte e o futuro” (*Savoir vivre*, 1940, p. 1). Em outras palavras, as jovens deveriam se relacionar com pessoas que tinham os mesmos interesses e o

mesmo comportamento que os delas. Esse cuidado poderia evitar que a mulher se desviasse do modelo ideal: recatada; bem comportada; saber vestir-se de maneira adequada, sem chamar muita atenção para si; ao mesmo tempo, saber se relacionar com polidez em sociedade.

São várias as atitudes esperadas em relação ao comportamento feminino, de modo que poderíamos prolongar esse assunto por muitas páginas. Entre as diversas recomendações, a reputação das moças era um dos fatores mais importantes a ser considerado na educação e, portanto, a se preservar. Um trecho do *Savoir vivre* das moças parece-nos bastante revelador: “A reserva é sua melhor arma, mesmo que você ache o rapaz extremamente sedutor e que ele lhe faça as mais belas promessas, sua atitude não deve ser ambígua, pois a reputação de ‘fácil’ se adquire rápido” (*Savoir vivre*, 1940, p. 2); ou seja, a jovem precisava controlar os seus impulsos, como forma de prezar pela sua imagem e para que os outros não tivessem nada desabonador para dizer sobre a sua pessoa. Ter a reputação de ‘fácil’ não era aceitável para uma moça de boa família. Esperava-se que ela seguisse o que fosse ‘apropriado’ para o seu sexo e, assim, pudesse ser ‘escolhida’ por um ‘bom partido’ para se casar.

A partir dos materiais pesquisados e da vasta literatura sobre o tema, fica-nos claro que a educação das mulheres era organizada de maneira a evidenciar sua função social primordial, qual seja: ade mãe de família. A maternidade, em muitos casos, era transposta da família para a escola. Segundo Santos e Coelho (2014, p. 6), “as professoras deste período são compreendidas como mães espirituais, ou seja, cada aluno ou aluna deveria ser percebido como seu filho ou filha”. Deste modo, ser professora era uma responsabilidade para com sua família e também para a sociedade. Disto decorre a excessiva cobrança quanto às atitudes e comportamentos das moças.

Data de 1923 um contrato para professoras, apresentado por Almeida (2009), no qual são descritas as restrições para as jovens que se candidatassem à função docente. Uma das restrições era em relação ao casamento. O contrato deixava claro que era proibido casar-se, sob pena de o contrato cancelado. Outras restrições eram: andar na companhia de homens; sair de casa das oito da noite às seis da manhã; frequentar sorveterias desacompanhada; fumar; beber cerveja e deixar a cidade sem autorização.

Também as jovens eram proibidas de viajar na companhia de um homem, salvo se fosse o pai ou o irmão delas.

A pesquisa de Almeida (2009) mostra que essa forma de educar a mulher encontrou paralelo em outros países, o que pressupõe a sua universalidade num determinado momento histórico. O documento analisado é originário da cidade de San Salvador, na América Central, mas não há indicação sobre a precisão da procedência dessa fonte.

Analisando-se o *Savoir vivre*, destinado às jovens estudantes do Colégio Mãe de Deus, é possível estabelecermos paralelos entre o “manual de condutas” da escola e o contrato apresentado por Almeida (2009). Em ambos as regras evidenciam aquilo que era esperado das mulheres no desempenho da função docente e da vida social. Ainda que tais regras não estivessem claras, a sutileza do que é apresentado deixa pistas do que era considerado ‘certo’ ou ‘errado’ para aquela época, o que evidentemente era reconhecido e legitimado pela sociedade.

Observamos o caso da disciplina Economia Doméstica. Na composição de alguns currículos dos cursos normais que se estruturaram durante o século XIX, a disciplina estava diretamente relacionada à formação feminina. Em Sergipe, conforme aponta Souza (2015), em 1864, o ensino dessa disciplina acontecia durante três anos, apenas na formação feminina. Evidentemente, houve resistências e exceções. A Escola Normal de Santa Catarina, por exemplo, não contemplava no seu currículo essa matéria, tampouco algo relacionado às práticas domésticas ou trabalhos manuais. Mas, essa definitivamente não era a regra. De acordo com Camargo (2000), no Código de Educação de 1933, lia-se o seguinte sobre a educação doméstica:

No Art. 502, do capítulo Da Educação Doméstica nos institutos e nas escolas profissionais secundárias, tem-se que a educação doméstica deveria ser desenvolvida, a par do ensino geral e do profissional para a formação das futuras donas-de-casa. Assim sendo, de acordo com o decreto, a então ‘escola doméstica’, à época, tinha por fim atrair a mulher para os trabalhos manuais e ocupações domésticas e contribuir para a diminuição da mortalidade infantil, pela melhor preparação da mulher para a missão que deve desempenhar na defesa higiênica da criança (Camargo, 2000, p. 125).

A função dessa disciplina se explica, entre outras, pela necessidade de preparar a mulher para ser boa dona de casa, para cuidar dos filhos e, assim, contribuir para reduzir a mortalidade infantil. Além disso, a disciplina se prestava a ensinar-lhes trabalhos manuais e outras ocupações próprias da vida doméstica.

Conforme mencionamos anteriormente, consta dos arquivos pesquisados um caderno de Economia Doméstica. A capa e a contracapa são decoradas com figuras de crianças com animais. O caderno traz ilustrações dos conteúdos, feitos com recortes de revistas, imagens de interiores de casas, crianças e bebês, mulheres e homens, entre outras. Na primeira página aparece em letras grandes o nome da disciplina *Economia Doméstica* e, abaixo, em letras menores, o nome de uma jovem, na sequência do título *Aluna*.

A disciplina Economia Doméstica, de acordo com Souza (2015), surgiu no Brasil por volta de 1827, naquele mesmo contexto de organização da instrução das meninas, tendo sido registrados os primeiros indícios dessa matéria nas escolas de primeiras letras. A Economia Doméstica era uma disciplina voltada, exclusivamente, para a formação feminina e, em algumas escolas, deixou de ser avaliada a partir da segunda metade da década de 1960, passando a ser apenas complementar. Mesmo assim, a disciplina não se extinguiu, o que mostra a sua importância para a formação feminina e para a concepção de educação destinada às mulheres.

Ainda hoje existe Economia Doméstica, até como curso de graduação. Para se ter uma ideia, no *Guia do estudante*, publicado pela Editora Abril, este curso aparece com a duração de quatro anos e o profissional formado é responsável por planejar, implantar e supervisionar atividades ligadas ao desenvolvimento social, o que envolve alimentação, direitos do consumidor, economia familiar, habitação, saúde e o vestuário, entre outras atividades, nas modalidades de bacharelado e licenciatura.

Cadernos de normalistas

O caderno, nesse artigo, é, ao mesmo tempo, fonte e objeto de investigação. Como fonte, na perspectiva de Frago (2002), Chartier (2007) e Mignot (2008), os cadernos escolares permitem entrever a construção e a apropriação dos saberes das tarefas e, por vezes, do cotidiano

das alunas. O caderno encontrado nos arquivos do Colégio Mãe de Deus traz pistas de como o ensino feminino era pensado. As disciplinas que compunham o currículo das normalistas centravam-se, sobretudo, na formação para o âmbito doméstico, o que persistiu durante, praticamente, todo o século XX.

No caso do Colégio Mãe de Deus, sendo uma escola católica Mariana, o primeiro conteúdo a ser ensinado era sobre a construção do lar cristão. Esse deveria ser “um paraíso onde reinaria o ‘Amor, Perdão e Alegria’ (Gonçalves, [195-]). A idealização da mulher, mãe e dona de casa, associada ao culto à Virgem Maria, está presente durante todos os estágios da formação das moças, porque o “modelo mais perfeito de uma d. de casa é a imagem da Virgem Santíssima” (Gonçalves, [195-]). Depreendemos que o ideal de santidade que deveria inspirar as alunas era o da mãe de Jesus. A esse propósito, aliás, em pesquisa nos impressos destinados aos professores primários dos anos 1920-1940, em Lisboa-Portugal, encontrou-se a seguinte citação: “a mulher, desde que foi coroada a rainha do lar pelas Leis do evangelho”, ocupava um lugar de honra no mundo (Moral Cristã, 1935).

Para completar a descrição de um lar cristão e sobre o papel da mulher nele, nas páginas seguintes, aparece um poema, cujo mote é a atribuição da mãe e suas dificuldades no exercício da maternidade, mostrando que o ideal a que toda ‘verdadeira’ mulher deveria perseguir era o da Virgem Maria. Chama-nos a atenção a seguinte frase grifada: “O sofrimento da terra não seria tão pesado se cada mulher fosse mãe em verdade” (Gonçalves, [195-], p. 3). A frase, seguida por um simples “diz um poeta”, imputa à mulher a culpa pelo peso do sofrimento da Terra, se ela não cumprir o seu papel de mãe ou o que era esperado de uma mãe. Sobre essa expectativa em relação à mãe, há descrições detalhadas sobre como deve ser o relacionamento entre mãe e filhos e tudo o que é preciso fazer para suprir as necessidades imediatas da criança.

Acima de tudo, de acordo com o conteúdo do caderno, a figura feminina ideal é aquela que alcança sua maior felicidade em tornar o outro feliz; ou seja, cabia à mulher satisfazer sempre o outro e se sentir feliz com isso, fosse em relação ao filho ou em relação ao marido.

O caderno também dá grande ênfase à aquisição da casa própria. De acordo com os registros, ter uma casa devia ser a preocupação

de toda mulher, assim que se casasse. Caso não tivesse sido possível comprá-la antes das bodas, era função da mulher ajudar o marido a conseguir esse objetivo, atuando na economia doméstica e “procurando não jogar pela janela o que entra pela porta” (Almeida apud Gonçalves, [195-], p. 5). O estereótipo da mulher quase fútil, que gasta em excesso, parece persistir por aqui. Em outro trecho, o caderno traz dicas de como conservar a casa e os móveis, dizendo quantos e quais cômodos são necessários em uma casa. Apresenta, ainda, os utensílios domésticos que deveriam compor a cozinha, enumerando cada um dos objetos.

O foco da abordagem apresentada no material evidencia o quão nobre é o papel da mulher para a formação familiar. Assim como as revistas destinadas aos professores portugueses da década de 1920-1940, aqui também a família é o ‘núcleo’ e o ‘cerne’ da sociedade, da qual “depende o destino da pátria e da Igreja” (Moral Cristã, 1935, n. 27).

Nesse sentido, o lugar da mulher estava bem definido e, para desempenhar esse papel a contento, era necessário que ela se preparasse para “o desempenho de sua grande missão, ser uma esposa, mãe e dona de casa” (Almeida apud Gonçalves, [195-], p. 8). Não é de se estranhar que não aparecia nenhuma referência ao exercício de alguma profissão fora de casa, já que estes três papéis eram, realmente, os relevantes para a mulher. O objetivo da escola, naquele momento, parecia estar mais focado na perspectiva de preparar a mulher para desempenhar bem suas funções de esposa, mãe e de dona de casa; e, menos focado em proporcionar conhecimentos visando a uma carreira profissional.

Um poema escrito em uma das páginas do caderno sintetiza o pensamento vigente sobre a função para a qual a mulher estava destinada:

Com as mãos sujas de carvão, na cozinha,
acendendo o fogo para fazer o almoço do
marido, cosendo-lhe a roupa,
amamentando os filhos, varrendo a casa
ou interpretando Chopin, pintando uma
casa ou amarrando um bouquet, a mulher
tem sempre a mesma poesia: A de
trabalhar para ser agradável, útil, boa, para
satisfazer uma necessidade moral ou
intelectual, do esposo e da família,
revelando-se amorosa e digna do doce e
pesado encargo que a sociedade lhe
destinou (Almeida apud Gonçalves, [195-],
p. 9).

De acordo com o poema, essas eram as tarefas que a mulher deveria realizar e para as quais a sociedade já a havia predestinado. É interessante que em meio a tantas tarefas, cabia ainda uma referência à Chopin, o que remete a ideia de que, ainda que se ocupasse demasiadamente com as lides domésticas, a mulher precisava ter ao menos rudimentos de cultura musical e erudita.

Adiante, ainda na mesma página do poema citado, finalizando o tema ‘mulher’, diz-se que é das mãos da mulher, a partir do seu trabalho, “silencioso e obscuro”, que se constrói o “movimento da civilização”. O curioso é que a mulher tem um peso social maior do que o do homem nessa perspectiva. O mesmo caderno, quando se refere ao homem, propõe a seguinte definição: “O homem tem a obrigação de prover o sustento da família e a administração da casa. Como um general, ele traça os planos e deixa a execução para a esposa” (Almeida apud Gonçalves, [195-], p. 10). Em suma, o homem proveria e comandaria a mulher, que, nessa máxima, seria apenas uma figura subserviente e submissa.

O caderno ainda ensina como uma mulher deveria organizar sua casa, desde a ornamentação até os ínfimos cuidados com a limpeza correta do ambiente doméstico. Por fim, os escritos têm algumas seções, como a chamada *Conselhos*, ou seja, dicas para diversas outras coisas, como evitar a formação de mofo, a invasão de formigas, entre outras. Há, também, um espaço com o título *Diversos*. Assim como nos anteriores, esse item é composto por vários assuntos, tais como: qual o melhor tecido para se fazer lençóis, toalhas etc., ou ainda, como compor a indumentária da casa, enfim, assuntos cotidianos dos lares.

Considerações finais

A literatura especializada mostra que a organização da educação feminina tem reproduzido, ao longo do tempo, um determinado ideal de mulher virtuosa que, tal como no texto bíblico, *Provérbios 31*, a “Uma mulher virtuosa, quem poderá encontrá-la? Superior ao das pérolas é o seu valor [...]” (BIBLIA, *Provérbios*, 31:10). Esse quase imaginário coletivo sobre o papel social da mulher é profundamente machista e enraizado

na sociedade atual, disfarçado em algumas regiões do mundo, escancarado em outras.

Mesmo tendo as discussões sobre a igualdade de gênero logrado avançar bastante na pauta política do país, ainda não se conseguiu eliminar o ranço e o domínio exclusivamente masculino de muitas sociedades contemporâneas. A mídia é um grande exemplo da construção de modelos exercidos, sobretudo, por meio de propagandas e programas televisivos.

A análise dos materiais encontrados no acervo do Colégio Mãe de Deus permite-nos afirmar que o ensino ministrado nas décadas de 1940, 1950 e 1960, nessa instituição, tinha uma perspectiva bastante clara sobre o papel destinado às moças daquela época: esposa, mãe e dona de casa. Salientamos, no entanto, que os diferentes ramos do conhecimento não foram negligenciados no currículo da Escola Normal.

Alguns colégios, e pode ser o caso do Colégio Mãe de Deus, nosso campo de pesquisa, possuíam reputação – não admitida, mas, no geral, de conhecimento público – como escolas que favoreciam um bom casamento para as moças, famosos ‘pega marido’. Podemos lançar a hipótese de que essa fama se deveu, provavelmente, ao tipo de formação proposta nas escolas normais, cujo enfoque maior estava nas prendas domésticas, nas regras de comportamento, enfim, naquilo que se considerava importante como ideal de representação feminina daquele momento histórico.

Isso nos remete novamente aos materiais pesquisados e à ênfase nos seguintes objetivos: formar jovens para o casamento e para o perfeito desempenho de suas funções maritais, de mães e de donas de casa, gerando e criando filhos saudáveis e preparando-os para a sociedade, de acordo com suas condições sociais.

Evidentemente, as mulheres exerciam o magistério, sobretudo nas décadas tratadas em nosso estudo. No entanto, no seio das escolas normais, as moças eram preparadas para trabalhar após o casamento “apenas quando necessário”. A representação da professora de carreira como a mulher solteira sem atrativos para o casamento, mostrada por Louro (2003), apresenta-nos pistas de como se estruturava a conjugação da função docente e casamento.

Assim, os materiais pesquisados no acervo do Colégio Mãe de Deus, o manual de civilidade,

o *Savoir vivre* e o caderno de Educação Doméstica são excelentes exemplos de como foi conduzido o processo de formação feminina daqueles anos em Londrina, no interior do Paraná.

Referências

- Almeida, J. S. (2009). Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). *Educar em Revista*, 35, 139-152. Recuperado em 23 dezembro, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a11>
- BIBLIA (1957). *Provérbios*. In BIBLIA. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges Maredsous pelo Centro Bíblico Católico (104a ed. rev.). São Paulo, SP: Editora Ave-Maria, p. 815.
- Camargo, M. A. J. G. (2000). “*Coisas Velhas*”: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo, SP: Unesp.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chartier, A. M. (2007). Os cadernos escolares: organizar os saberes, escrevendo-os. *Revista de Educação Pública*, 16(32), 13-33. Recuperado em 02 janeiro, 2017, de <file:///C:/Users/usuario/Downloads/542-847-1-PB.pdf>
- Chartier, R. (2000). *Cultura escrita, literatura e história*. Curitiba, PR: Artmed.
- D’Ávila, C. (1951). *Bóas Maneiras* (8a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Frago, A.V. (2002). *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Madrid: Morata.
- Gonçalves, A. A. (195-). *Caderno de educação doméstica*. manuscrito.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez.
- Juliá, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*,

1(1), 9-43. Recuperado em 23 dezembro, 2016, de <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>

Louro, G. L. (2003). Gênero e magistério: identidade, história, representação. In D. B. Catani, B. O. Bueno, C. P. Sousa, & M. C. C. C. Sousa (Orgs.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação* (4a ed.). São Paulo: Escrituras.

Mignot, A. C. V. (2008). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: Uerj.

Moral Cristã. (1935). *Revista Escola Portuguesa*, abril, (27), 508.

Provérbios. Edição Pastoral da Bíblia, recuperado em 8 de agosto de 2015.

Saffioti, Heleieth I. B. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (Vol. 4). Petrópolis: Vozes.

Santos, Z. C. W. N., & Coelho, M. F. D. (2014). A docência para a infância nas décadas de 1940, 1950 e 1960: descortinando a história (não) oficial. *Anais da Reunião Científica Regional da ANPED*, Florianópolis, SC, 10. Recuperado em 23 dezembro, 2016, de http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/172-0.pdf

SAVIANI, D. (2006). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.

Silva, C. C. L. (2011). *Professoras primárias de São João Del-Rei: trajetória familiar e significado da escolarização dos filhos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Souza, K. V. (2015). *A disciplina de economia doméstica e a formação feminina no instituto de educação Ruy Barbosa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil.

Veiga, C. G. (2007). *História da educação*. São Paulo: Ática.

Recebido em: 02/04/2016

Aceito em: 04/08/2016